

**III CONGRESSO INTERNACIONAL
DE DIREITO E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL (III CIDIA)**

DIREITO PENAL E CIBERCRIMES I

CAIO AUGUSTO SOUZA LARA

ÉMILIE VILAS BOAS REIS

LUIZ GUSTAVO GONÇALVES RIBEIRO

D598

Direito penal e cibercrimes I [Recurso eletrônico on-line] organização III Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (III CIDIA): Skema Business School – Belo Horizonte;

Coordenadores: Caio Augusto Souza Lara, Émilien Vilas Boas Reis e Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro – Belo Horizonte: Skema Business School, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-507-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A inteligência artificial e os desafios da inovação no poder judiciário.

1. Direito penal. 2. Cibercrimes. 3. Tecnologia. I. III Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (1:2022 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (III CIDIA)

DIREITO PENAL E CIBERCRIMES I

Apresentação

O Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (CIDIA) da SKEMA Business School Brasil, que ocorreu em formato híbrido do dia 08 ao dia 10 de junho de 2022, atingiu a maturidade em sua terceira edição. Os dezesseis livros científicos que ora são apresentados à comunidade científica nacional e internacional, que contêm os 206 relatórios de pesquisa aprovados, são fruto das discussões realizadas nos Grupos de Trabalho do evento. São cerca de 1.200 páginas de produção científica relacionadas ao que há de mais novo e relevante em termos de discussão acadêmica sobre a relação da inteligência artificial e da tecnologia com os temas acesso à justiça, Direitos Humanos, proteção de dados, relações de trabalho, Administração Pública, meio ambiente, formas de solução de conflitos, Direito Penal e responsabilidade civil, dentre outros temas.

Neste ano, de maneira inédita, professores, grupos de pesquisa e instituições de nível superior puderam propor novos grupos de trabalho. Foram recebidas as excelentes propostas do Professor Doutor Marco Antônio Sousa Alves, da Universidade Federal de Minas Gerais (SIGA-UFGM – Algoritmos, vigilância e desinformação), dos Professores Doutores Bruno Feigelson e Fernanda Telha Ferreira Maymone, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Metalaw – A Web 3.0 e a transformação do Direito), e do Professor Doutor Valmir César Pozzetti, ligado à Universidade Federal do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas (Biodireito e tutela da vida digna frente às novas tecnologias).

O CIDIA da SKEMA Business School Brasil é, pelo terceiro ano consecutivo, o maior congresso científico de Direito e Tecnologia do Brasil, tendo recebido trabalhos do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Tamanho sucesso não seria possível sem os apoiadores institucionais do evento: o CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – IBERC e o Programa RECAJ-UFGM - Ensino, Pesquisa e Extensão em Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Destaca-se, mais uma vez, a presença maciça de pesquisadores do Estado do Amazonas, especialmente os orientandos do Professor Doutor Valmir César Pozzetti.

Grandes nomes do Direito nacional e internacional estiveram presentes nos painéis temáticos do congresso. A abertura ficou a cargo do Prof. Dr. Felipe Calderón-Valencia (Univ. Medellín - Colômbia), com a palestra intitulada “Sistemas de Inteligência Artificial no Poder Judiciário - análise da experiência brasileira e colombiana”. Os Professores Valter Moura do Carmo e Rômulo Soares Valentini promoveram o debate. Um dos maiores civilistas do país, o Prof. Dr. Nelson Rosenvald, conduziu o segundo painel, sobre questões contemporâneas de Responsabilidade Civil e tecnologia. Tivemos as instigantes contribuições dos painelistas José Luiz de Moura Faleiros Júnior, Caitlin Mulholland e Manuel Ortiz Fernández (Espanha).

Momento marcante do congresso foi a participação do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST Maurício Godinho Delgado, escritor do mais prestigiado manual de Direito do Trabalho do país. Com a mediação da Prof^a. Dr^a. Adriana Goulart de Sena Orsini e participação do Prof. Dr. José Eduardo de Resende Chaves Júnior, parceiros habituais da SKEMA Brasil, foi debatido o tema “Desafios contemporâneos do gerenciamento algorítmico do trabalho”.

Encerrando a programação nacional dos painéis, o Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara, da SKEMA Brasil, dirigiu o de encerramento sobre inovação e Poder Judiciário. No primeiro momento, o juiz Rodrigo Martins Faria e a equipe da Unidade Avançada de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais contaram sobre o processo de transformação em curso do Judiciário Estadual mineiro. Em seguida, o Prof. Dr. Fabrício Veiga Costa fez brilhante exposição sobre o projeto denominado “Processo Coletivo Eletrônico”, que teve a liderança do Desembargador Federal do Trabalho Vicente de Paula Maciel Júnior (TRT-3^a Região) e que foi o projeto vencedor do 18º Prêmio Innovare. O evento ainda teve um Grupo de Trabalho especial, o “Digital Sovereignty, how to depend less on Big tech?”, proposto pela Prof^a. Isabelle Bufflier (França) e o momento “Diálogo Brasil-França” com Prof. Frédéric Marty.

Os dezesseis Grupos de Trabalho contaram com a contribuição de 46 proeminentes professores ligados a renomadas instituições de ensino superior do país, os quais indicaram os caminhos para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos autores. Cada livro desta coletânea foi organizado, preparado e assinado pelos professores que coordenaram cada grupo, os quais eram compostos por pesquisadores que submeteram os seus resumos expandidos pelo processo denominado double blind peer review (dupla avaliação cega por pares) dentro da plataforma PublicaDireito, que é mantida pelo CONPEDI.

Desta forma, a coletânea que ora torna-se pública é de inegável valor científico. Pretende-se, com ela, contribuir com a ciência jurídica e fomentar o aprofundamento da relação entre a graduação e a pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais da CAPES. Promoveu-se, ainda, a formação de novos pesquisadores na seara interdisciplinar entre o Direito e os vários campos da tecnologia, notadamente o da ciência da informação, haja vista o expressivo número de graduandos que participaram efetivamente, com o devido protagonismo, das atividades.

A SKEMA Business School é entidade francesa sem fins lucrativos, com estrutura multicampi em cinco países de continentes diferentes (França, EUA, China, Brasil e África do Sul) e com três importantes creditações internacionais (AMBA, EQUIS e AACSB), que demonstram sua vocação para pesquisa de excelência no universo da economia do conhecimento. A SKEMA acredita, mais do que nunca, que um mundo digital necessita de uma abordagem transdisciplinar.

Agradecemos a participação de todos neste grandioso evento e convidamos a comunidade científica a conhecer nossos projetos no campo do Direito e da tecnologia. Foi lançada a nossa pós-graduação lato sensu em Direito e Tecnologia, com destacados professores e profissionais da área. No segundo semestre, teremos também o nosso primeiro processo seletivo para a graduação em Direito, que recebeu conceito 5 (nota máxima) na avaliação do Ministério da Educação - MEC. Nosso grupo de pesquisa, o Normative Experimentalism and Technology Law Lab – NEXT LAW LAB, também iniciará as suas atividades em breve.

Externamos os nossos agradecimentos a todas as pesquisadoras e a todos os pesquisadores pela inestimável contribuição e desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

Belo Horizonte-MG, 20 de junho de 2022.

Prof^a. Dr^a. Geneviève Daniele Lucienne Dutrait Poulingue

Reitora – SKEMA Business School - Campus Belo Horizonte

Prof. Dr. Edgar Gastón Jacobs Flores Filho

Coordenador dos Projetos de Direito da SKEMA Business School

CIBERCRIMES E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

CYBERCRIMES AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

Otávio Henrico Mathias Ribeiro ¹

Resumo

O presente trabalho trata sobre os cibercrimes, abordando sobre a sua definição jurídica e tipificação no ordenamento jurídico brasileiro. O que se buscou responder no respectivo resumo foi se a atual legislação é suficiente para o combate dos crimes na internet e o que poderia ser feito para isso. Para a realização desse trabalho, usou-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento histórico comparativo. Conclui-se que há uma necessidade de coligação dos três poderes para haver um enfrentamento eficiente dos crimes virtuais.

Palavras-chave: Cibercrime, Internet, Lei, Cracker, Hacker

Abstract/Resumen/Résumé

The present work deals with cybercrimes, addressing their legal definition and typification in the Brazilian legal system. What we sought to answer in the respective summary was whether the current legislation is sufficient to combat crimes on the internet and what could be done to do so. For the accomplishment of this work, the method of deductive approach and the method of comparative historical procedure were used. It is concluded that there is a need for a coalition of the three powers to have an efficient confrontation of virtual crimes.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Cybercrime, Internet, Law, Cracker, Hacker

¹ Graduando

1. INTRODUÇÃO

O direito caminha conforme a sociedade. Ele identifica os assuntos que estão em amplo debate e que são de imperiosa necessidade a discussão e define o “norte a ser seguido” em relação a eles.

Hodiernamente, diferentemente dos últimos dois séculos, em que o ritmo das mudanças se acelerou rumo a um caráter com dinamismo e maleabilidade, tem-se um “estado de fluxo permanente” (HARARI, 2020, p. 375). Tal condição provoca mudanças constantes e desenfreadas, tornando a atividade legiferante, portanto, de extrema importância, haja vista que a mesma irá acompanhar as mudanças e os anseios sociais e vertê-los em normas jurídicas que respaldem ou condenem determinadas atividades. Ademais, tal paralelo entre as normas e as mudanças sociais será balizado conforme o valor social dado pela própria sociedade, que, em seu entendimento global, caracteriza as ações consideradas danosas e as ações que devem ser permitidas e protegidas.

No constante explorar das máximas potencialidades trazidas pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, reduziu-se as distâncias físicas entre os indivíduos por meio da virtualidade, o que perfaz de significado o termo “sociedade dígito-cêntrica”, pois há todo esse desenvolvimento focalizado no mundo digital (BITTAR; ALMEIDA, 2021).

Dentre essas vertiginosas novidades, encontra-se o surgimento de possibilidades benéficas, como o próprio *e-commerce*, mas também se revelam possibilidades danosas, como as mais variadas formas de extorquir, roubar, manipular e danificar o bem alheio como nunca jamais visto, o que, durante a pandemia, tornou-se muito comum. Com isso, ao se analisar as colossais mudanças que o mundo passou nos últimos anos, com a pandemia e a demonstração do poderio das redes sociais para inúmeras atividades, pôde-se ver que o direito, enquanto entendimento doutrinário e legislativo, precisa urgentemente acompanhar tais vicissitudes.

O presente resumo tem por objetivo entender brevemente os cibercrimes, bem como a sua tipificação na legislação brasileira. Primeiramente, traçou-se um breve histórico sobre os cibercrimes, bem como sua origem e alguns pontos importantes que possibilitaram a sua existência, o que também levou a definição de alguns conceitos. Seguidamente, abordou-se sobre as leis brasileiras que tipificam alguns tipos de crimes realizados virtualmente.

O que se buscou responder no respectivo resumo foi se a atual legislação é suficiente para o combate dos crimes na internet e o que poderia ser feito; na mesma toada, verificou-se quais são, hoje, as previsões legais existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Para isso, usou-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento histórico comparativo.

2. CIBERCRIMES: BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÃO

Com o surgimento dos computadores em 1847, que a princípio eram máquinas com o objetivo de realizar operações matemáticas avançadas, deu-se início ao que possibilitaria o que se denominou de era da informação. A internet, com sua origem datada de 1969, era de uso militar, depois passou para ser usada em universidades, foi o carro chefe dessa era revolucionária (SANTOS, 2021).

Ao realizar uma pequena observação histórica, ter-se-á que o *Homo sapiens*, grande inventor, criou coisas que poderiam ser utilizadas de maneiras benéficas, mas que também poderiam ser utilizadas de outras formas para ferir o próximo, com o fito de lhe causar dor e sofrimento. Ocorreu assim com a energia elétrica, que não foi inventada, mas controlada e manipulada para finalidades excelentes, tais como os carros elétricos, atualmente, ou possibilitar a luz elétrica nas cidades. No entanto, não só para essas benfeitorias ela foi utilizada; cabe-se dizer que o seu uso também se deu nas condenações à cadeira elétrica, uma barbárie no mundo penal, que levou muitos à morte de maneira atroz e descabida (FERREIRA, 2016).

A era da informação, que teve o seu advento com os computadores e a internet, trouxe muitas formas de se propagar coisas enriquecedoras e virtuosas, o que possibilitou o crescimento e o surgimento de mercados, de formas de realizar negócios, de entretenimento, gerou empregos e diversas outras formas de entretenimento e afins. Entretanto, com o surgimento da internet, os crimes que antes eram apenas possíveis de modo “real”, passaram a ser possíveis também no mundo “virtual”.

Os cibercrimes, termo que também possui como sinônimos, crimes cibernéticos, crimes informáticos e delitos virtuais, são todos os delitos que são praticados com o auxílio do computador ou meios análogos, servindo como uma ferramenta para a realização do crime. O conceito de cibercrime foi cunhado após uma reunião do G8, em Lyon, na França, em 1990 (NASCIMENTO, 2019).

A origem dos crimes cibernéticos remonta à década de 1960-70, período em que os delitos eram praticados apenas por especialistas, indivíduos com amplos conhecimentos informáticos. Após esse período, a partir dos anos 1990, “o número de crimes em informática teve crescimento acelerado pelas facilidades advindas pelo uso do microcomputador e da internet” (FURLANETO NETO; GUIMARÃES, 2003, p. 68, *apud* BASTOS; PEREIRA, 2005, p. 2).

Com a maior propagação da internet, os cibercrimes foram se espalhando pelo mundo, não sendo mais realizados apenas por especialistas, mas também por pessoas que possuíam um mero conhecimento e acesso à internet. Se antes tinha-se a visão de que apenas cibercriminosos com ultra computadores poderiam realizar delitos virtualmente, hodiernamente vê-se que todos podem cometer um crime dessa estirpe, bastando estar em posse de um meio que se conecte à internet, o que somado a vontade de realizar tal ato, poderá concretizar o crime virtual.

Assim como qualquer crime, há a identificação dos sujeitos. No caso dos crimes na *web*, podem-se classificar os sujeitos ativos, isto é, aqueles que realizam o ato antijurídico, como os *crackers*, ou, usando do jargão do mundo da informática, *black hat*. Tem sido comum uma confusão que é propagada pela mídia relacionada com o uso dos termos *hacker* ou *cracker*. O uso do termo *hacker*, para classificar os indivíduos que praticam atos ilegais na internet é equivocado. O termo correto é *cracker*, que são indivíduos com conhecimentos avançados em informática, mas que possuem um comportamento antiético e criminoso, sendo conhecidos também por *black hat*. Já o termo *hacker*, ele é o oposto de *cracker*, enquanto este é marcado pela ilegalidade e falta de ética, aquele é tido pela sua forma de agir dentro da lei e sua ética ilibada. É comum empresas contratarem *hackers* para realizarem uma revisão dos seus sistemas a fim de encontrarem possíveis falhas, e apresentarem soluções (ALVES, 2022).

O outro sujeito do crime virtual é o sujeito passivo, que no caso pode ser qualquer pessoa física ou jurídica que sofra dano a algum bem jurídico. Atualmente todos possuem algum dado ou informação em um computador, celular e demais dispositivos, o que permite a invasão desses aparelhos para o roubo de dados e a instalação de vírus das mais variadas espécies.

Duas são as espécies que compõem o cibercrime: a primeira sendo de crimes virtuais próprios, isto é, os delitos que necessitam exclusivamente do meio informático para serem realizados. E a segunda espécie é a de crimes virtuais impróprios, que são aqueles praticados de qualquer forma, não necessitando exclusivamente do meio informático, podendo ser qualquer crime que tenha relação com os tipos penais brasileiro (DAMÁSIO; OLIVEIRA, 2016).

No tocante a tipificação dos cibercrimes, houve uma grande movimentação da legislação brasileira a partir de 2012 e 2013, com elaborações de leis e aprovações de projetos que versavam sobre os crimes cometidos no âmbito virtual. O que se buscou, com essas atividades legiferantes, foi uma aproximação do código penal brasileiro (1940) dos problemas sociais atuais. O que também foi impulsionado por casos de grande repercussão nacional e internacional daquele período.

3. A LEGISLAÇÃO E O CIBERCRIME

O ordenamento jurídico brasileiro rumo a um avanço no que tange às leis relacionadas aos crimes realizados virtualmente. A evolução ainda é lenta se comparada a legislações de outros países, que tratam do tema de forma mais profícua, como é o caso de Portugal, signatário da Convenção de Budapeste - a qual o Brasil não assinou -, que “além de já possuir outras legislações voltadas ao ambiente eletrônico e proteção de dados, fazia também do grupo de países privilegiados por seus governos para adotar os tipos penais trazidos pela Convenção de Budapeste para os seus respectivos códigos” (LISBOA, 2020, p. 410).

As normas são bem formadas quando estão buscando resolver problemas que geram muitos danos à sociedade. Um caso que moveu a mão do legislador para que fosse criada uma lei sobre crimes digitais foi o caso da atriz e modelo Carolina Dieckmann, que teve fotos suas vazadas na internet por um *cracker*. Após pressões, o legislativo editou e aprovou, em tempo recorde, a Lei nº 12.737/2012, batizada com o nome da modelo, que trata em sua redação sobre os delitos informáticos, mais especificamente sobre a invasão de privacidade, a interrupção ou perturbação de serviços informáticos e, também, sobre a falsificação de cartão de crédito e débito.

Outra lei que também tratou dos temas atinentes ao mundo digital foi a Lei nº 12.735/2012, versando sobre a tipificação das condutas realizadas mediante o uso de sistema eletrônico, ou meios de mesma estirpe, contra outros sistemas dessa categoria. Ademais, visando um meio de efetivar as operações policiais na esfera digital, determinou a criação de órgãos na polícia judiciária, a separação de setores específicos e a preparação de equipes para investigação e apuração dos delitos.

Um outro acontecimento, mas de proporções internacionais, que gerou o movimento legal no Brasil foram os vazamentos do ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA (agência de segurança americana), Edward Snowden, em 2014. Os vazamentos eram sobre vigilância global, sendo que constavam algumas informações sobre conversas da própria presidenta do Brasil à época, Dilma Rousseff, o que foi “o estopim para iniciativas governamentais cujo objetivo seria promover maior segurança às comunicações brasileiras” (MACIEL; MONCAU, 2013).

Em vista disso, muito se discutiu sobre as violações e os limites necessários para o acesso de informações dos governos. Dado isso, entrou em vigor o Marco Civil da Internet, a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, conhecida como a “constituição da internet”, rezando

sobre os princípios para a atividades dos brasileiros na internet, bem como os direitos e deveres para o seu uso no país.

4. CONCLUSÃO

A falta de ritmo no acompanhamento da legislação atual pode ser um “incentivo” a atividade de *crackers* e indivíduos mal-intencionados, que estão buscando o próprio benefício e a satisfação das necessidades sem considerar o dano causado ao bem jurídico alheio.

Além das mudanças legislativas, faz-se necessário um forte pleito para a capacitação e a criação de centros judiciais que lidem exclusivamente com crimes digitais, que são de difícil apuração, demandando uma atenção maior do que nos mesmos crimes (em caso de crimes digitais impróprios) no mundo real. Além que há o fato de serem de difícil localização, logo, faz-se fulcral o investimento na capacitação dos agentes para identificar esses criminosos. Não bastando a movimentação dos poderes legislativo e judiciário, é também importante que o poder executivo realize campanhas por meio de seus ministérios para que informe à população de modo geral e difuso, atingindo todas as camadas, sobre meios de se prevenir, de se resguardar nas redes, dificultando, assim, a ação dos criminosos.

Destarte, os cibercrimes continuarão evoluindo, mas os meios de barrá-los e combatê-los também estarão na mesma trilha, impedindo que os indivíduos fiquem sem qualquer amparo da justiça e das demais instituições democráticas. O que, conseqüentemente, tornará as novidades positivas advindas da era da informação ainda mais desfrutáveis e prazerosas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Natan. Delitos Cibernéticos. **Um breve histórico da origem e da evolução dos crimes virtuais, bem como uma análise sobre como o direito brasileiro regulamenta essa modalidade de infração penal**. 2022. Disponível em: https://natanalves156.jusbrasil.com.br/artigos/1481249006/delitosciberneticos?utm_campaign=newsletter-daily_20220429_12274&utm_medium=email&utm_source=newsletter. Acesso em: 02 maio 2022.

BASTOS, Paulo; PEREIRA, Roberto. **Fraudes eletrônicas: o que há de novo?** 2005. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewFile/639/635>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BITTAR, Eduardo; ALMEIDA, Guilherme. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 de outubro de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 02 maio.2022.

BRASIL. **Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112735.htm. Acesso em: 01 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 01 maio 2022.

JESUS, Damásio; OLIVEIRA, José. **Manual de crimes informáticos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

FERREIRA, Iverson. **A guerra das correntes e a criação da cadeira elétrica**. Canal Ciências Criminais, 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/352098907/a-guerra-das-correntes-e-a-criacao-da-cadeira-eletrica>. Acesso em: 01 maio 2022.

HARARI, Yuval. **Sapiens. Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

LISBOA, Roberto S. **O Direito na Sociedade da Informação IV**. Lisboa: Grupo Almedina (Portugal), 2020. 9788584936229. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584936229>. Acesso em: 04 maio 2022.

NASCIMENTO, Samir de Paula. **Cibercrime: Conceitos, modalidades e aspectos jurídicos-penais**. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/internet-e-informatica/cibercrimeconceitos-modalidades-e-aspectos-juridicos-penais/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, Gabrielly. **CRIMES VIRTUAIS: tratamento legal e limitações aos crimes cibernéticos**. Monografia (Bacharelado em Direito) – UniEvangélica. Anápolis. 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18227/1/Gabrielly%20Daianne.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

MACIEL, Marília; MONCAU, Luiz Fernando. **Caso Snowden e a reação brasileira**. 2013. Disponível em: <https://digitalrightslac.derechosdigitales.org/pt/el-caso-snowden-y-la-reaccion-brasilena/>. Acesso em: 03 maio 2022.